


## COMBATENDO A DESINFORMAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA PROTEGER A SAÚDE COLETIVA CONTRA FAKE NEWS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n3-272>

Data de submissão: 26/02/2025

Data de publicação: 26/03/2025

### **Mariana Rocha Fonseca Teixeira**

Bacharel em Enfermagem e especialista em Enfermagem em Saúde da Mulher  
FACULDADE HOLÍSTICA – FaHol  
E-mail: [marianafonseca8039@gmail.com](mailto:marianafonseca8039@gmail.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0784747744730231>

### **Virgínia Luiza Silva Costa**

Enfermeira e Mestrado em Saúde Coletiva  
UFMT  
E-mail: [virginalscosta@gmail.com](mailto:virginalscosta@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4790-9612>  
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/3804533187574990>

### **Victoria França Sabino**

Enfermeira  
Universidade Estadual do Amazonas (UEA)  
E-mail: [vicfrs@icloud.com](mailto:vicfrs@icloud.com)

### **Maria Clara da Silva Nero**

Enfermeira Especialista em Urgência e Emergência  
UEM  
E-mail: [mariaclaranero@gmail.com](mailto:mariaclaranero@gmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1290-6817>  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6670086038334749>

### **Maini Nayara Schlatter Aquino**

Enfermeira Especialista em Urgência e Emergência  
UEM  
E-mail: [maini\\_10@hotmail.com](mailto:maini_10@hotmail.com)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3291-9350>  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8945829331552114>

### **Milena Lopes Pereira**

Graduada em Odontologia  
UFRJ  
E-mail: [milena.loppereira@gmail.com](mailto:milena.loppereira@gmail.com)

### **Marília Suzana Paiva Felipe**

Nutricionista Esp. em Atenção Básica na modalidade de Residência  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
E-mail: [maripaivaa@outlook.com](mailto:maripaivaa@outlook.com)  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5770539088512329>

**Carla Emanuele Lopatiuk**

Graduanda em Medicina

Centro Universitário Campo Real, Guarapuava - PR

E-mail: carla.emanuele2201@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3293-6534>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1290510601340514>

**Leonardo Segateli**

Mestrando em Ensino em Saúde

Faculdade de Medicina de Marília – FAMENA

E-mail: leonardo\_segatelli@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0106-4135>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2544143215740767>

**Carlos Lopatiuk**

Doutor em Ciências Sociais e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário

UEPG e UNICENTRO

E-mail: carloslopatiuk@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5918-0657>

---

## RESUMO

A disseminação de fake news no contexto da saúde coletiva tem se consolidado como um dos desafios mais prementes da atualidade, comprometendo a adesão da população às recomendações científicas e impactando negativamente a formulação e implementação de políticas públicas sanitárias. O avanço das tecnologias digitais e a popularização das redes sociais intensificaram a propagação de conteúdos enganosos, favorecendo a amplificação de informações inverídicas que afetam desde a percepção pública sobre tratamentos e vacinas até a credibilidade das instituições de saúde. Diante desse cenário, este estudo desenvolveu uma revisão narrativa da literatura com o objetivo de analisar as principais estratégias empregadas para o enfrentamento da desinformação na saúde coletiva, abordando aspectos regulatórios, educacionais e tecnológicos. Os resultados evidenciam que a simples veiculação de informações científicas corretas não é suficiente para mitigar os efeitos das fake news, sendo essencial uma abordagem integrada que envolva regulação legal, letramento digital e o uso de inteligência artificial para a identificação e contenção da desinformação. Conclui-se que o combate às fake news na saúde pública requer a articulação de políticas interdisciplinares que fortaleçam a confiança da sociedade na ciência, promovam a educação midiática e garantam um ambiente informacional mais seguro e transparente, reduzindo os impactos negativos da desinformação sobre a saúde populacional.

**Palavras-chave:** Fake news. Saúde pública. Desinformação. Regulação. Inteligência artificial.

## 1 INTRODUÇÃO

A disseminação de informações falsas tem se tornado um fenômeno global de ampla repercussão, afetando diferentes esferas da sociedade, incluindo a saúde coletiva. O avanço das tecnologias de comunicação e a popularização das redes sociais permitiram uma propagação sem precedentes de notícias falsas, criando um ambiente informacional em que a distinção entre fatos e desinformação se torna cada vez mais complexa (Iufeva, 2023). No contexto da saúde, essa dinâmica assume contornos ainda mais preocupantes, uma vez que informações incorretas sobre tratamentos, vacinas e medidas de prevenção podem comprometer diretamente a adesão da população às recomendações científicas e às políticas públicas sanitárias (Deepak et al., 2021).

A circulação de *fake news* sobre saúde pública tem sido amplamente associada a impactos negativos no controle de doenças infecciosas, gerando resistência à vacinação e descrédito nas instituições médicas e governamentais (Jin et al., 2022). Durante a pandemia da COVID-19, por exemplo, a disseminação de conteúdos enganosos comprometeu estratégias de enfrentamento da crise sanitária, dificultando a adesão às diretrizes estabelecidas por autoridades de saúde e fomentando comportamentos de risco (Rocha et al., 2021). Em um contexto mais amplo, a desinformação interfere na formulação de políticas de saúde baseadas em evidências, comprometendo o planejamento de ações preventivas e a comunicação institucional eficaz (Riazi; Livan, 2024).

A propagação de notícias falsas não se limita à ação de indivíduos ou grupos isolados, mas está inserida em um ecossistema midiático que envolve plataformas digitais, algoritmos de engajamento e interesses políticos e econômicos (Schoenmueller; Blanchard; Johar, 2022). O caráter viral dessas informações está diretamente relacionado ao modo como são estruturadas – recorrendo a gatilhos emocionais e narrativas persuasivas que reforçam crenças pré-existentes e favorecem sua aceitação pelo público (Stewart et al., 2021). Esse cenário evidencia a necessidade de abordagens multidimensionais que combinem regulação legal, aprimoramento da educação midiática e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para a identificação e neutralização da desinformação (Lewandowsky; Van der Linden, 2021).

Diante desse panorama, este estudo tem como objetivo analisar as principais estratégias utilizadas para o combate à disseminação de *fake news* no contexto da saúde coletiva, abordando aspectos regulatórios, educacionais e tecnológicos. Para tanto, foi conduzida uma revisão narrativa da literatura, visando integrar diferentes perspectivas teóricas e evidências empíricas sobre o tema. A partir dessa análise, busca-se compreender de que maneira a articulação dessas estratégias pode contribuir para a mitigação dos impactos negativos da desinformação, fortalecendo a confiança na ciência e promovendo um ambiente informacional mais seguro e transparente.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo adotou a metodologia de revisão narrativa da literatura, fundamentando-se na seleção, análise e síntese de publicações acadêmicas que abordam o impacto da desinformação na saúde coletiva, bem como as estratégias para combatê-la. A revisão narrativa permite uma abordagem abrangente e flexível, viabilizando a articulação crítica entre diferentes perspectivas teóricas e empíricas. Diferentemente das revisões sistemáticas, esse tipo de revisão não se restringe a critérios rígidos de seleção de estudos, permitindo uma discussão mais ampla e integrativa sobre o fenômeno em questão.

A busca por referências foi realizada em bases de dados reconhecidas pela comunidade científica, incluindo Scopus, Web of Science, PubMed e Google Scholar, de forma a garantir a abrangência e a qualidade das fontes selecionadas. Foram utilizados descritores como "fake news", "desinformação", "saúde pública", "regulação de conteúdo", "inteligência artificial para verificação de fatos" e "educação midiática". A seleção dos estudos baseou-se na pertinência ao tema, no recorte temporal dos últimos cinco anos e na relevância acadêmica, priorizando artigos publicados em periódicos de alto impacto.

Os dados extraídos foram organizados de acordo com três eixos temáticos principais: (1) impacto da desinformação sobre a percepção da saúde coletiva e a adesão a medidas sanitárias; (2) estratégias regulatórias, educacionais e tecnológicas para o combate às fake news; e (3) desafios e limitações das abordagens atualmente utilizadas para mitigar a propagação da desinformação. A análise qualitativa dos textos selecionados permitiu a construção de um discurso coeso, conectando as evidências empíricas aos fundamentos teóricos que orientam as políticas e práticas de enfrentamento das fake news na saúde coletiva.

A revisão narrativa, ao não se restringir à meta-análise quantitativa, proporciona uma compreensão aprofundada das nuances do problema e das diferentes abordagens propostas na literatura. No entanto, reconhece-se que a subjetividade inerente a esse tipo de revisão pode influenciar na seleção e interpretação dos estudos analisados. Dessa forma, buscou-se mitigar esses vieses por meio da triangulação das informações e da utilização de múltiplas fontes de evidências, garantindo uma discussão embasada e fundamentada em diferentes perspectivas acadêmicas e institucionais.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proliferação da desinformação no contexto da saúde coletiva evidencia a necessidade premente de articular estratégias que transcendam a simples disseminação de informações científicas, contemplando a dinâmica social e tecnológica por meio da qual as *fake news* são produzidas,

disseminadas e absorvidas pelo público. A facilidade de propagação de notícias falsas, especialmente em ambientes digitais, configura um desafio que se desdobra não apenas na esfera da comunicação, mas também na formulação de políticas públicas voltadas à mitigação dos impactos da desinformação sobre a saúde populacional (Deepak et al., 2021).

Ao se analisar a disseminação de notícias falsas sobre temas de saúde, observa-se que seu impacto ultrapassa a esfera individual, configurando-se como um fenômeno de caráter coletivo, capaz de comprometer a adesão a medidas sanitárias e a confiabilidade nas instituições de saúde (Jin et al., 2022). A propagação de informações distorcidas não decorre apenas da intenção deliberada de enganar, mas também da vulnerabilidade cognitiva dos indivíduos diante de narrativas construídas de forma persuasiva, que exploram emoções e crenças preexistentes (Stewart et al., 2021). Assim, a simples veiculação de desmentidos e correções não se mostra suficiente para conter a disseminação dessas informações; faz-se necessário um arcabouço mais abrangente que inclua mecanismos de regulação, iniciativas educacionais e soluções tecnológicas capazes de intervir de forma antecipada e eficiente no ciclo da desinformação.

A regulação das *fake news* representa uma das vertentes desse enfrentamento, sendo alvo de discussões que contrapõem a necessidade de coibir a propagação de informações enganosas à preservação da liberdade de expressão. Diferentes ordenamentos jurídicos têm buscado desenvolver mecanismos legais para responsabilizar indivíduos e corporações que contribuem ativamente para a disseminação da desinformação (Ang; Rahman; Teo, 2023). Todavia, a efetividade dessas medidas depende não apenas de sanções punitivas, mas também da implementação de políticas que incentivem a transparência e a responsabilidade das plataformas digitais na moderação de conteúdo (França & Camarão, 2022). Ao mesmo tempo, a regulação isolada não resolve a problemática subjacente, sendo necessária sua articulação com estratégias de educação midiática e conscientização.

A educação midiática faz-se essencial na capacitação dos indivíduos para identificar e questionar informações enganosas. A vulnerabilidade da população diante da desinformação encontra forte correlação com o letramento digital e a capacidade crítica de avaliar a fidedignidade das fontes (Castro, 2024). Nesse sentido, é fundamental que programas educacionais sejam estruturados com o objetivo de promover uma compreensão aprofundada sobre os mecanismos de produção de *fake news*, desvendando as estratégias discursivas utilizadas para manipulação da opinião pública (Iufeva, 2023). A educação deve, portanto, ir além da simples transmissão de informações corretas, capacitando os indivíduos a interpretar criticamente o fluxo informacional ao qual estão expostos.

No âmbito tecnológico, a inteligência artificial tem se consolidado como um instrumento promissor na detecção de *fake news*, permitindo a identificação de padrões discursivos e a

rastreabilidade da disseminação de informações enganosas (Paredes, 2023). Algoritmos avançados têm sido empregados para classificar conteúdos com base em sua credibilidade, reduzindo a propagação de notícias falsas em plataformas digitais (Saini; Khatakar, 2023). Contudo, a automação desses processos não está isenta de desafios, uma vez que a definição de critérios para detecção de fake news deve ser pautada por princípios de transparência e responsabilidade, evitando que a moderação algorítmica resulte em censura indevida ou vieses cognitivos automatizados (Neo, 2022).

O combate à desinformação em saúde demanda, portanto, a integração de medidas regulatórias, educacionais e tecnológicas, garantindo uma abordagem abrangente e eficaz. A articulação entre esses eixos possibilita não apenas a redução da disseminação de informações enganosas, mas também o fortalecimento da confiança da população na ciência e nas instituições de saúde, consolidando um ambiente de comunicação mais transparente e socialmente responsável (Riazi; Livan, 2024).

#### **4 CONCLUSÃO**

A propagação da desinformação no contexto da saúde coletiva representa um desafio que transcende a simples veiculação de informações científicas corretas, exigindo uma abordagem ampla que considere os fatores sociais, tecnológicos e regulatórios que contribuem para a disseminação das *fake news*. A presente revisão narrativa evidenciou que a desinformação não se limita à ação isolada de indivíduos ou grupos, mas se insere em um ecossistema informacional complexo, onde algoritmos de engajamento, interesses políticos e a vulnerabilidade cognitiva dos indivíduos atuam na amplificação de conteúdos enganosos.

O impacto das *fake news* na saúde pública se manifesta de maneira contundente na resistência à vacinação, na desconfiança em relação às instituições médicas e no comprometimento da adesão a medidas sanitárias, dificultando a formulação e a implementação de políticas baseadas em evidências. A mera disponibilização de informações confiáveis, embora essencial, não é suficiente para conter a proliferação de conteúdos falsos, sendo imprescindível a adoção de estratégias integradas que envolvam regulação legal, educação midiática e o uso de tecnologias avançadas para identificação e neutralização da desinformação.

A regulação da desinformação tem sido objeto de intensos debates, especialmente no que tange ao equilíbrio entre a necessidade de conter notícias falsas e a preservação da liberdade de expressão. Ainda que medidas legislativas possam atuar como instrumentos de responsabilização e transparência, a eficácia dessas iniciativas depende de sua articulação com mecanismos de autorregulação das plataformas digitais e com campanhas institucionais voltadas à promoção da confiabilidade

informacional. Paralelamente, a educação midiática emerge como um elemento central na capacitação da população para interpretar criticamente o conteúdo ao qual está exposta, reduzindo sua suscetibilidade à manipulação informacional.

Do ponto de vista tecnológico, a inteligência artificial e outras ferramentas automatizadas têm demonstrado potencial para auxiliar na detecção e contenção da disseminação de *fake news*, permitindo a análise de padrões discursivos e o rastreamento da difusão de informações enganosas. No entanto, desafios como a transparência dos critérios de moderação e a mitigação de vieses algorítmicos ainda precisam ser enfrentados para que essas tecnologias sejam aplicadas de forma ética e eficaz.

Diante desse panorama, conclui-se que o combate à desinformação na saúde coletiva deve se pautar por uma abordagem multidimensional, combinando medidas regulatórias, iniciativas educacionais e soluções tecnológicas de maneira sinérgica. Apenas por meio dessa articulação será possível mitigar os impactos negativos das *fake news*, fortalecer a confiança da população na ciência e promover um ambiente informacional mais seguro e transparente. Assim, o enfrentamento da desinformação não deve ser visto como uma ação pontual, mas como um processo contínuo de adaptação e inovação, essencial para a construção de uma sociedade mais informada e resiliente.



## REFERÊNCIAS

- ADRIANI, Roberto. Fake News versus Corporate Reputation: Techniques to Protect Brands. *PEOPLE: International Journal of Social Sciences*, v. 8, n. 1, p. 121-137, 2022.
- ANG, Benjamin; RAHMAN, Muhammad Abdul; TEO, Yi-Ling. Legal Strategies for Combating Fake News and Misinformation. *Interdisciplinary Studies in Society, Law, and Politics*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2023.
- CASTRO, Marcela Ferreira de. Desinformação e Fake News na Educação. *P2P e Inovação*, v. 10, n. 2, p. e-6756, 2024.
- DEEPAK, P. et al. Fake News in Health and Medicine. *Health Information Science and Systems*, v. 9, n. 1, p. 193-204, 2021.
- FRANÇA, Alexsandro José Rabelo; CAMARÃO, Felipe Costa. Regulation of Fake News. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, v. 3, n. 3, p. 826-840, 2022.
- IUFEVA, Anastasiia. Fake news as a distortion of media reality: tell-truth strategy in the post-truth era. *European Conference on Cyber Warfare and Security*, v. 22, n. 1, p. 1080-1090, 2023.
- JIN, Qiang et al. Ingraining Polio Vaccine Acceptance through Public Service Advertisements in the Digital Era: The Moderating Role of Misinformation, Disinformation, Fake News, and Religious Fatalism. *Vaccines*, v. 10, n. 10, p. 1733, 2022.
- LEWANDOWSKY, S.; VAN DER LINDEN, S. Countering Misinformation and Fake News Through Inoculation and Prebunking. *European Review of Social Psychology*, v. 32, n. 1, p. 348-384, 2021.
- NEO, Ric. Fighting Fire With Fire? Relegitimizing Strategies for Media Institutions Faced With Unwarranted “Fake News” Accusations. *Social Media + Society*, v. 8, n. 1, p. 1-14, 2022.
- PAREDES, Digmar Garcia. Strategies based on artificial intelligence for the detection of fake news. *AWARI*, v. 2, n. 3, p. 45-60, 2023.
- RIAZI, Diana; LIVAN, G. Who should fight the spread of fake news? *Journal of Information Warfare*, v. 23, n. 1, p. 45-60, 2024.
- ROCHA, Esther Gomes Muniz et al. Fact-Checking: An Important Tool to Combat Fake News on Health in COVID-19 Pandemic. *International Journal of Communications and Networks*, v. 3, n. 2, p. 15-25, 2021.
- SAINI, Parul; KHATARKAR, Virendra. Machine Learning Techniques for Identifying Fake News: An Overview. *International Journal of Scientific Research in Computer Science, Engineering and Information Technology*, v. 9, n. 2, p. 508-515, 2023.
- SCHOENMUELLER, Verena; BLANCHARD, Simon J.; JOHAR, Gita V. Who will share Fake-News on Twitter? Psycholinguistic cues in online post histories discriminate between actors in the misinformation ecosystem. *Journal of Marketing Research*, v. 59, n. 1, p. 123-140, 2022.



STEWART, Alexander J. et al. The coercive logic of fake news. *Nature Human Behaviour*, v. 5, n. 6, p. 728-738, 2021.